



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROCURADORIA-GERAL

Processo Administrativo nº: 2846/2025

Requerentes: Vereadoras Etiene C. Musso e Adriana Guimarães

Assunto: PLL nº 051/2025

Parecer nº: 125/2025

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PROJETO DE LEI MUNICIPAL. TRANSPORTE INDIVIDUAL PRIVADO POR APLICATIVO. AMPLIAÇÃO DO LIMITE DE IDADE DOS VEÍCULOS. INVASÃO DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. COMPROMETIMENTO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA. MANIFESTAÇÃO PELA INCONSTITUCIONALIDADE.

1. RELATÓRIO.

Trata-se de análise jurídica solicitada a esta Procuradoria Legislativa quanto à legalidade e constitucionalidade do **Projeto de Lei nº 51/2025**, de autoria parlamentar, que visa **alterar o inciso I do art. 12 da Lei Municipal nº 4.309/2020**, norma que regulamenta a prestação do serviço de transporte individual privado por Operadoras de Tecnologia de Transporte (OTT's) no Município de Aracruz/ES.

A proposta modifica o limite máximo de idade dos veículos utilizados por motoristas cadastrados nas plataformas, ampliando-o de **10 (dez)** para **15 (quinze)** anos. A justificativa sustenta que a medida visa ampliar o acesso à atividade por parte de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social e econômica, sem comprometer os requisitos de segurança e qualidade já previstos na legislação vigente.

É o breve relatório.

Rua Professor Lobo, nº 550, Centro – Aracruz/ES, CNPJ: 39.616.891/0001-40, CEP: 29.190-910
Tel.: (27)3256-9491 – Fax: (27) 3256-9492 – Site: www.cma.es.gov.br – E-mail: cmacz@cma.es.gov.br

1 de 5



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 330033003600340031003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2. FUNDAMENTAÇÃO.

2.1. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL – VIOLAÇÃO À COMPETÊNCIA DA UNIÃO E VÍCIO DE INICIATIVA.

Nos termos do art. 22, inciso XI, da Constituição Federal:

**Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:
(...) XI – trânsito e transporte.**

Embora os municípios tenham competência para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I) e para suplementar normas federais e estaduais (art. 30, II), essa competência não permite inovar em matérias técnicas já regulamentadas por lei federal, como o transporte individual por aplicativo.

A Lei Federal nº 13.640/2018 (que alterou a Lei nº 12.587/2012 – Política Nacional de Mobilidade Urbana) já estabeleceu parâmetros nacionais para o serviço. Assim, alterar critérios técnicos, como o **limite de idade veicular, excede a competência legislativa municipal**.

Conforme o art. 11-B, II da Lei nº 12.587/2012,

Art. 11-B. O serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros previsto no inciso X do art. 4º desta Lei, nos Municípios que optarem pela sua regulamentação, somente será autorizado ao motorista que cumprir as seguintes condições: (Incluído pela Lei nº 13.640, de 2018)

[...]

II - conduzir veículo que atenda aos requisitos de idade máxima e às características exigidas pela autoridade de trânsito e pelo **poder público municipal** e do Distrito Federal; (Incluído pela Lei nº 13.640, de 2018)

Entendo que o referido dispositivo legal, ao dizer “poder público municipal”, faz remissão expressa ao Poder Executivo Municipal, considerando que a estipulação de idade máxima de veículo e, também, a fixação de outras características é resultado de ato típico de regulamentação administrativa, que integra a política pública de mobilidade do Município.





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O STF, ao julgar a ADPF 449, fixou entendimento de que:

“É inconstitucional a lei municipal que, a pretexto de regulamentar o serviço de transporte por aplicativo, acaba por inviabilizá-lo, em afronta à liberdade de iniciativa e à competência privativa da União para legislar sobre transporte.” (STF – ADPF 449, rel. Min. Luís Roberto Barroso, j. 08/05/2019)

Além disso, há vício de iniciativa, pois a proposta, ao dispor sobre critérios operacionais e requisitos técnicos que impactam diretamente a atividade fiscalizatória do Poder Executivo (e, por consequência, sua estrutura administrativa), **invade matéria de iniciativa reservada ao chefe do Executivo**, conforme dispõe o art. 61, §1º, II, da Constituição Federal (de aplicação subsidiária aos entes federativos):

Art. 61, § 1º – São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

[...]

II – disponham sobre:

[...]

e) organização da administração pública, quando implicar aumento de despesa ou alteração de atribuições dos órgãos da administração direta.

Portanto, ao alterar norma que afeta o funcionamento da fiscalização municipal e o controle sobre o transporte por aplicativo (atividade executiva típica), o projeto **padece de vício formal de iniciativa**, razão autônoma para sua inconstitucionalidade.

2.2. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL - OFENSA À RAZOABILIDADE E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA.

Ainda que se alegue pretensão de ampliar a inclusão produtiva e reduzir o desemprego, a alteração legislativa proposta interfere na lógica técnica e de segurança da prestação do serviço, ao admitir a circulação de veículos com até 15 anos de fabricação, o que pode comprometer a qualidade e a confiabilidade do serviço prestado ao usuário final, sem a devida inspeção técnica.

O art. 170 da Constituição Federal de 88 assegura que:

“A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social (...)”





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ao alterar indevidamente o padrão técnico para admissão de veículos, o projeto afasta critérios técnicos consolidados no município sem considerar o interesse da gestão municipal e pode contrariar o interesse público, violando o princípio da razoabilidade, podendo, inclusive, elevar risco de acidentes e emissões poluentes, violando art. 225, CF (meio ambiente) e art. 170, V e VI (defesa do consumidor e do meio ambiente).

Além disso, a proposta de ampliação do limite de idade veicular gera impacto operacional direto nas atividades de cadastro, fiscalização e vistoria municipais, uma vez que amplia consideravelmente o número de veículos passíveis de cadastro e operação na cidade, elevando a demanda por fiscalização, inspeção e controle de conformidade.

Essa consequência compromete a eficiência da administração pública, pois impõe responsabilidades operacionais adicionais sem o correspondente **fortalecimento da estrutura municipal, o que pode comprometer a própria execução da política pública de mobilidade urbana, aumentando os riscos de sinistros, especialmente se levar em consideração que a proposta está desacompanhada de estudo técnico que justifique a pertinência e necessidade da ampliação da idade máxima dos veículos para 15 anos.**

O acréscimo de atribuições ao corpo fiscalizador municipal, sem o correspondente reforço estrutural, compromete a eficiência da administração pública, caracterizando hipótese de desvio de finalidade e ferindo também o princípio da eficiência, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal.

3. DO PROCEDIMENTO DE DELIBERAÇÃO.

No presente caso, por se tratar de projeto de lei ordinária, deve ser observado o quórum de maioria simples para aprovação, ou seja, maioria dos votos desde que presente a maioria absoluta dos vereadores.

4. DA TÉCNICA LEGISLATIVA.





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A CF/88 estabeleceu no seu art. 59, parágrafo único, a edição de lei complementar sobre a elaboração, a alteração, a redação e a consolidação das leis. A LC nº 95/98 estabeleceu diretrizes para a organização do ordenamento jurídico pátrio.

Não foram identificados vícios de forma que comprometam a tramitação, eficácia ou interpretação jurídica do PL 51/2025.

5. CONCLUSÃO.

Diante do exposto, esta Procuradoria manifesta-se **pela inconstitucionalidade formal e material do Projeto de Lei que altera o art. 12, inciso I, da Lei Municipal nº 4.309/2020**, pelas seguintes razões:

- Usurpação da competência privativa da União (art. 22, XI, CF/88);
- Violação à razoabilidade e à eficiência administrativa (art. 170 e princípios da administração pública);
- Afetação da capacidade de fiscalização municipal, sem base técnica compatível com a realidade da estrutura administrativa existente.

Outrossim, o Município, através da Secretaria competente deve se manifestar quanto à sua capacidade técnica de cadastro, fiscalização e vistoria para veículos com maior idade, nos termos desse projeto de lei.

No mais, sugerimos, que a presente proposta seja encaminhada como anteprojeto de lei ao Chefe do Poder executivo, que poderá avaliar o interesse público e enviar o projeto com os estudos técnicos pertinentes.

É o parecer, *s.m.j.*

Aracruz/ES, 30 de julho de 2025.

ALINE M. GRATZ

Procuradora Geral – mat. 900288

OAB/ES 10.951



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 330033003600340031003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Aline Maria gratz** em 04/08/2025 19:06

Checksum: **388E0769FCA8E3637532D256A29BE6FAE5F09375771A5391BF9D0C3533CDF4F7**



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 330033003600340031003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.